

Implantação da educação integral em Palmas, Estado do Tocantins: algumas reflexões sobre a experiência da rede municipal de ensino

Roneidi Pereira de Sá Alves

Resumo

125

O projeto arquitetônico e a proposta pedagógica para a primeira escola de tempo integral foram construídos coletivamente por um grupo de estudos e pela equipe diretiva nomeada para essa escola da rede municipal de ensino de Palmas, no Estado do Tocantins. A experiência foi influenciada pelas ideias de Anísio Teixeira, visando à ampliação das funções da escola e ao seu fortalecimento como instituição, e pela contribuição de Darcy Ribeiro que, na década de 80, implantou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), e, mais tarde, no contexto da década de 90, suas crenças nas possibilidades de ampliação dos espaços e tempos de aprendizagens fizeram-se presentes no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

Palavras-chave: sistema municipal de ensino; escola de tempo integral; Palmas; Estado de Tocantins.

Abstract

Implementation of integral education in Palmas, Tocantins State: some reflections from the municipal education perspective

The architectonic project and the pedagogical proposal to the first integral education school were built collectively by a group of students and the directive team of this municipal school in Palmas, Tocantins State. The experience was influenced by the ideas of Anísio Teixeira, focusing on the schools functions expansion as well as its strengthening as institution, and by the Darcy Ribeiro contribution through the creation of the Public Education Integrated Centers (Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs), later his beliefs of the possibilities of expansion of the spaces and learning process were taken into account on the Brazilian National Educational Guidelines.

Keywords: municipal education; integral education; Palmas; Tocantins State.

Sobre os caminhos trilhados

126

O processo teve início em 2003 por meio de uma agenda de discussão de uma nova política educacional que incluía uma análise crítica dos aspectos da então política educacional palmense, para, finalmente, em 2004, ser apresentada em um documento consolidado, capaz de expressar o conjunto de propostas do Plano de Governo do Partido dos Trabalhadores para o quadriênio 2005/2008.

Em janeiro de 2005, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (Semed), foi criado um Grupo de Estudos em Políticas Públicas e Gestão da Educação, com participação de professores da rede municipal e das universidades locais, engenheiros, arquitetos, membros do Conselho Municipal de Educação, ambientalistas e profissionais do corpo técnico-administrativo da Semed. Esse grupo discutiu, pensou e concebeu uma proposta com tempos e espaços de aprendizagem diferenciados em relação ao que se realizava na época, resultando no Projeto Arquitetônico (projeto padrão, com 8.200 m² de área a ser construída) e na Proposta Pedagógica da Escola Municipal de Tempo Integral de Palmas.

A elaboração dessa proposta demandou estudos teóricos acerca das diversas concepções de educação integral e, também, a busca por conhecer as experiências de educação integral em desenvolvimento; para isso, integrantes do grupo de estudos visitaram as cidades de Pato Branco e Cascavel, no Paraná, e São Paulo.

Em agosto de 2006 foi nomeada a equipe diretiva da escola, que passou a compor o grupo de estudos e a realizar, além dos trabalhos em torno do projeto desenvolvido, visitas técnicas aos Centros Educacionais Unificados Meninos e Butantã, em São Paulo, e ao Centro Integrado de Educação Pública Trajano de Moraes, na cidade do Rio de Janeiro. As visitas técnicas realizadas tinham por objetivo conhecer os aspectos centrais

das propostas pedagógicas e arquitetônicas, confrontar as diversas experiências com a literatura disponível e com as questões demandadas pela população de Palmas.

Inicialmente, a proposta visava atender 760 crianças e jovens em período integral, no ensino fundamental do 1º ao 9º ano, e 4 mil crianças e jovens das escolas circunvizinhas nas atividades complementares da estrutura curricular. Frente às expectativas geradas na comunidade, a proposta foi alterada de modo a atender 1.200 crianças em 9 horas e meia de atividades diárias, melhorando a expansão do benefício em face dos investimentos realizados.

A primeira ideia de construir apenas duas escolas de tempo integral impulsionou a efetivação de uma política de educação integral na rede municipal de ensino de Palmas, sendo essa política definida a partir dos seguintes eixos:

- Salas Integradas (SIN) – programa de ampliação curricular de 800 para 960 horas, com atividades como: dança, xadrez, futebol, informática, inglês, espanhol, entre outras;
- Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) – no intuito de superar a concepção de “mães crecheiras”, foram elaborados com a participação de profissionais da educação infantil, priorizando a construção de espaços que possibilitem o educar;
- Jornada Ampliada – incorporação de novos equipamentos (quadras de esportes, piscinas, auditórios, sala de dança, sala de artes marciais, entre outros) em unidades educacionais já existentes, possibilitando a oferta de educação integral em uma jornada de oito horas diárias;
- Escola de Tempo Integral Padrão;
- Escola Municipal de Tempo Integral do Campo.

O Programa Mais Educação, instituído pelo Ministério da Educação (MEC), fortalece e integra a política de educação do município que, em 2011, passa a totalizar 67% das matrículas da rede em tempo integral.

Da definição dos fundamentos teóricos e conceituais da proposta

Garantir a todos os alunos o direito à educação básica de qualidade representa o maior compromisso de uma política educacional, assegurando que a escola pública possibilite a todas as crianças e jovens – por vezes, provenientes de situações desiguais – condições de igualdade de acesso, oportunidade de ampliar a permanência do tempo diário na escola, por intermédio de um projeto curricular qualitativo que proporcione ao educando o contato com o mundo das artes, da cultura, do esporte e do lazer, completando, assim, uma formação integral do ser enquanto sujeito atuante na sociedade.

A construção de uma proposta que abarcasse o direito à educação igualitária e equitativa exigiu do grupo de estudos reuniões semanais para definir a sustentação teórica e conceitual do documento, buscando a compreensão da maneira pela qual

a concepção de educação integral se desenvolve no Brasil, passando, obrigatoriamente, pelo estudo do pensamento educacional das décadas de 1920 e 1930.

Em termos conceituais, devemos considerar que essa proposta se encontra fortemente influenciada pelas ideias de Anísio Teixeira por sua significativa elaboração teórica e técnica, visando à ampliação das funções da escola e o seu fortalecimento como instituição (Nunes, 2007). A importância e o alcance do legado intelectual desse autor são significativos e atingem diferentes aspectos da educação e do pensamento social brasileiro.

A leitura do livro de Darcy Ribeiro (1986) sobre os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) e as informações obtidas sobre a experiência dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) também foram objeto de reflexões, considerando os vários estudos realizados acerca de sua implantação, seus aspectos inovadores e suas fragilidades.

Debates sobre a relação tempos e espaços educativos foram necessários, levando-se em conta o fato de os estudos referentes a esse tema considerarem que a qualidade do ensino encontra alicerce nessa relação e que a ampliação da jornada escolar tanto pode alavancar a qualidade do ensino, como pode, também, não garantir qualidade, mas carrega uma possibilidade potencial (Cavalieri, 2002; Coelho, 1997).

O grupo deteve-se nas leis que permeiam a educação integral, desde a Constituição Federal de 1988 que, embora não faça referência literal, preceitua o desenvolvimento integral; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que prevê a ampliação da jornada escolar e valoriza as atividades extracurriculares; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao mencionar que o desenvolvimento integral da criança e do adolescente requer uma forma específica de proteção; e, entre outros, o Plano Nacional de Educação (PNE).

Pensando o currículo: espaços e tempos de aprendizagens

A compreensão do conceito e dos fundamentos da educação integral leva-nos a um segundo passo: o de pensar um projeto democrático, aberto e inclusivo, capaz de transformar as práticas e culturas das escolas, por vezes tradicionais e burocráticas, que, por meio da retenção e evasão, podem acentuar a exclusão social.

Assim, o desafio consistia em compreender esses espaços, arquitetônicos e pedagogicamente construídos, em um projeto de Escola de Tempo Integral Padrão com estrutura composta por 20 salas de aulas, 4 laboratórios (informática, artes, ciências e matemática), complexo esportivo (salas de dança, artes marciais, xadrez), refeitório, quadra de esportes coberta, campo de futebol, piscinas, consultório odontológico, auditório e biblioteca; sem que, na prática, esses locais fossem reduzidos a um somatório de salas de aulas ou de espaços onde os professores, na solidão individual do fazer pedagógico, desenvolvem suas atividades.

Apostando nessa compreensão, o grupo de estudos e a equipe diretiva da primeira escola municipal de tempo integral buscaram estruturar uma proposta que fosse consistente e coletiva e considerasse a diferenciação do tempo integral – em média, de oito horas diárias – de modo que, além do domínio da leitura, do cálculo

e da escrita, também valorizasse os aspectos culturais, artísticos e esportivos, o lazer e a interação com o meio ambiente, para que, a partir dessas relações, as crianças reconstruíssem a própria história e a de sua comunidade.

A definição da matriz curricular e o refletir sobre a dinâmica e a organização desses espaços/tempos de aprendizagem dentro da proposta da educação integral foram marcados por importantes estudos sobre as correntes teóricas, numa abordagem curricular, na busca por pautar-se em estudiosos que propiciassem a sustentação e a construção de um currículo em uma perspectiva crítica. Nesse sentido, pode-se dizer que os debates em torno das concepções teóricas ao longo das etapas de construção da proposta transcorreram ora de forma consensual, ora bastante conflituosa, especialmente no que se refere ao tempo de permanência da criança na escola, uma vez que, no grupo, havia quem defendesse a ideia de o aluno ter a liberdade de escolha das atividades, optando por área de seu interesse, e, ainda que permanecesse na escola cumprindo o chamado tempo parcial, pudesse ter a liberdade de decidir quantas vezes por semana desejaria permanecer em horário integral na instituição. A integralidade curricular no enfoque tempo integral e formação integral também foi foco de discussões, a fim de se evitar que o currículo fosse desenvolvido de forma segmentada e fragmentada e que, apresentando-se na matriz curricular, não representasse a ideia de "grade curricular".

Os conflitos de ideias são percebidos como inerentes às relações entre os atores e inevitáveis na discussão e implantação de qualquer proposta, sendo que a mudança em educação é, sem dúvida, uma exigência na vida das organizações escolares, cujas maneiras de sistematizar o ensino ainda se encontram cristalizadas num modelo de transmissão de conteúdos ofertados aos alunos por um período fixo e que se corporifica na ação do professor. Nesse sentido, a mudança de concepções e práticas educacionais não é simples, pois o modelo antigo está profundamente enraizado nas crenças socializadas pela escola. Pode-se dizer que qualquer mudança nas organizações escolares exige tempo e esforço e supõe a substituição de muitas das crenças e valores que, até então, orientam a ação pedagógica por práticas mais condizentes com o momento histórico vivido.

No intuito de elaborar uma ação pedagógica condizente com a atualidade, a equipe pedagógica da escola de tempo integral propôs-se a construir um currículo crítico que assumisse a tarefa de instrumentalizar os alunos a enfrentarem os problemas inerentes à formação de uma nova ordem social. Assim, a proposta enuncia alguns princípios que devem nortear o andamento da unidade de ensino, para que esta esteja em consonância com uma perspectiva crítica.

Dos elementos e das condições necessárias à formação integral

Pensar na construção do conhecimento como ferramenta fundamental para a formação integral implica:

- a) res-significar tempos, espaços e conteúdos de forma a colocar à disposição do aluno diferentes meios e instrumentos para que possa ler e reler o mundo a partir de um quadro referencial crítico;

- b) vivenciar a produção de conhecimentos em contraposição à mera assimilação e à compreensão de um tempo linear, cronológico e único;
- c) desmistificar as relações de poder no interior da escola em tempo integral, abrindo espaços para a participação, promovendo assim a democratização e entendendo os múltiplos tempos que se cruzam na escola: os de cada criança, os da escola e os de cada pessoa.

Desafios postos à efetivação da proposta

Articular saberes num currículo que pretende ser integral sinalizou para a necessidade de se refletir sobre a formação de professores, o que demanda o repensar do papel das instituições formadoras desse profissional (sobretudo a universidade), de forma a superar as limitações de uma formação tradicional e cartesiana, que limita a aprendizagem aos “espaços paredes” e aos “espaços caixinhas”.

Ao grupo de estudos coube ainda a tarefa de – além de repensar a formação inicial – pensar os espaços e tempos de formação continuada, de forma que os professores e demais profissionais da educação interessados em trabalhar nessa proposta se candidatassem às vagas divulgadas por meio de edital público interno. Definidos os profissionais da escola, passou-se aos momentos de formação no chão da escola. Inicialmente, os profissionais dedicaram 40 horas semanais para discussão da proposta norteadora do projeto e, ao longo do processo, realizaram-se seminários nacionais que, atualmente, se encontram denominados como Seminários Internacionais de Educação.

Discutir as fragilidades da formação docente, bem como a necessidade de acesso, discussão e compreensão dessa proposta por parte de quem de fato se encontra no “chão da escola pública”, sinaliza para a potencialização de um currículo que se constrói a partir do entendimento da sala de aula enquanto espaço de confronto de diferentes saberes, em que o saber do aluno deve ser tomado como ponto de partida para desencadear a discussão. A seleção e organização dos saberes deve fazer-se a partir de novos critérios articuladores, a fim de desmistificar suas neutralidades e de entender os elementos ideológicos que as justificam. Em termos metodológicos, o currículo precisa pautar-se por encaminhamentos que contemplem: a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade; a leitura, a pesquisa e a avaliação enquanto processo contínuo e de caráter diagnóstico-formativo.

Por fim, pensar a educação a partir de sua problematização requer postura democrática no encaminhamento dos trabalhos, o que não combina com uma postura rígida e inflexível.

Dos profissionais da educação

O sucesso de qualquer política educacional pressupõe a valorização profissional, de forma que, paralelamente à discussão da implantação do projeto de educação integral em Palmas, políticas de valorização dos trabalhadores foram

pensadas: concursos públicos, aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério, aumento salarial, enquadramentos, progressão horizontal e vertical na carreira, formação continuada, bolsas de estudos de graduação e pós-graduação, implantação de diário eletrônico e edital interno para seleção de profissionais interessados em participar do projeto piloto da primeira escola de tempo integral.

Outro fator considerado foi a jornada de trabalho dos professores, assegurando tempo para estudos e planejamentos, acompanhamento pedagógico, preparo de avaliações e aulas, elaboração de projetos escolares e comunitários. Nessa proposta, a jornada semanal de trabalho do professor é de 40 horas, sem deslocamento para outra unidade para complementação de carga horária, sendo o tempo de permanência em atividade de docência de 26 horas (também na escola de jornada parcial o professor cumpre 40 horas semanais, contudo são 32 horas em docência).

A organização dessa jornada levou em conta a necessidade de criar espaços de formação em que os professores pudessem realizar leituras, debates, reflexões, participar de seminários, numa abordagem conceitual, curricular e metodológica, bem como formular projetos intersetoriais e comunitários.

Para as áreas de artes, esportes, lazer, assistência social, meio ambiente, tecnologias, entre outras, foi prevista a abertura de editais públicos de seleção de profissionais com as respectivas formações, objetivando assegurar a integralidade curricular e agregando, assim, diferentes saberes construídos por meio de processo formal e informal (instituições eclesásticas, organizações não governamentais, movimentos sociais, associações esportivas, culturais, etc.).

Da definição do acesso

O direito à educação é público, subjetivo e, ao longo dos últimos séculos, tornou-se um dos requisitos para que os indivíduos tenham acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade.

A definição de quais parâmetros estabelecer para realizar as matrículas na primeira escola de tempo integral padrão constituiu impasses dentro do grupo de estudos e da equipe técnica responsável pelo projeto da instituição, em especial, no que consistia ao debate de como estabelecer um recorte social em torno da educação como direito público subjetivo.

Em 2011, o governo municipal preocupava-se em oferecer às crianças das camadas populares condições de aprendizagem, de enriquecimento cultural e de engajamento na luta por mudança social, para que tivessem acesso a uma escola pública de qualidade e ao conjunto de saberes e oportunidades dadas aos demais estratos sociais. Nesse contexto, surgiu a necessidade de formação de uma nova frente participativa, em função da definição desse recorte social. Representantes de diversos segmentos – Conselho Municipal de Educação, Conselho da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Ministério Público Estadual, Assistência Social, Saúde, lideranças de bairro, diretores de unidades de ensino públicas, professores de educação básica, representantes de pais de alunos e da sociedade civil – foram

convidados a debater a proposta de implantação da escola padrão e, coletivamente, estabelecer os parâmetros de matrícula, o que, posteriormente, resultou na publicação de portaria, em que foram definidos os seguintes critérios:

- crianças e jovens residentes nas quadras circunvizinhas;
- crianças e jovens que apresentassem habilidades e competências bem definidas (crianças com altas habilidades);
- comunidade em geral;
- crianças e jovens em situação de risco e vulnerabilidade;
- crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, incluindo alunos portadores de elevados talentos e altas habilidades.

Algumas considerações

Pensar na construção coletiva de uma proposta de implantação de escola de tempo integral implica compreender como se dá o processo de participação da comunidade na formulação, acompanhamento, implementação e avaliação de políticas públicas em educação numa sociedade complexa e diferenciada, buscando instituir mecanismos que permitam sua inserção, compreender como superar as dificuldades e os obstáculos, assim como sua participação nas decisões mais complexas. Também requer pensar a jornada escolar segundo uma concepção de educação integral, com a perspectiva de um horário expandido que represente a ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipadoras.

No caso de Palmas, capital do Tocantins, a experiência ganhou forte adesão da comunidade e impulsionou a definição de uma política de educação integral, com foco em uma vertente educacional cujo debate levou em consideração a importância da intersetorialidade das políticas públicas e de qualificação nas discussões de abordagem conceitual como pano de fundo para fundamentar sua execução, seja na ampliação da jornada escolar, seja na articulação da escola com outros espaços públicos de aprendizagem, governamentais ou não governamentais, com forte participação popular.

Implantar políticas de educação integral implica assumir um compromisso com uma escola pública que extrapole interesses político-partidários, na busca por uma instituição que cumpra sua função social, permitindo às novas gerações o acesso aos conhecimentos historicamente acumulados, contextualizando-os e contribuindo para a ampliação do capital simbólico existente, em que crianças e jovens possam conhecer o mundo onde vivem, compreendendo suas contradições, dotando-se de capacidade de apropriação e transformação, num compromisso ético-existencial, como bem o diz Hanna Arendt a todos nós, educadores:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável, não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde (sic) decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as, em vez disso, com antecedência, para a tarefa de renovar um mundo comum. (Arendt, 1979, p. 247).

Referências bibliográficas

- ARENDRT, Hanna. A crise na educação. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 221-247.
- CAVALIERE, Ana Maria. Escolas públicas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil. In: COELHO, L. M. C.; CAVALIERE, A. M. *Educação brasileira e(m) tempo integral*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002. p. 93-11.
- COELHO, Lígia Martha C. da Costa. *CIEP: a utopia possível*. São Paulo: Livro do Tatu, 1991.
- COELHO, Lígia Martha C. da Costa. Escola pública de horário integral: um tempo (fundamental) para o ensino fundamental. In: ABRAMOVICZ, Anete; MOLL, Jaqueline. *Para além do fracasso escolar*. Campinas: Papirus, 1997. p. 191-208.
- GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). *Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GONZÁLEZ, José Antônio Torres. *Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas*. Porto Alegre: Artemed, 2002.
- LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Demerval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). *A escola pública no Brasil: História e Historiografia*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.
- MUÑOZ, César. *Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2004.
- NUNES, Clarice. Prioridade número um para a educação popular. In: TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 199-252.
- PALMAS. *Proposta de implantação da escola de tempo integral da região norte na rede municipal de ensino de Palmas – Tocantins*. 2007.
- PALMAS. Conselho Municipal de Educação (CME). *Parecer CME-Palmas-TO nº 004/2007*. Assunto: Credenciamento, autorização e aprovação da Escola de Tempo Integral Padre Josimo Tavares. Aprovado em 17 de setembro de 2007. Disponível em: <http://portal.palmas.to.gov.br/media/doc/arquivoservico/2007_nº_004_PARECER_Dispõe_sobre_o_Credenciamento_Autorizaç.pdf>.
- PALMAS. Conselho Municipal de Educação (CME). *Parecer CME-Palmas-TO nº 011/2008*. Assunto: Análise e aprovação das matrizes curriculares das Escolas Municipais de Tempo Integral Jornada Ampliada: Cora Coralina, Vinicius de Moraes, Santa Bárbara, Marcos Freire, João Beltrão, Luiz Nunes de Oliveira, Prof^ª Sueli Pereira Reche e Aprígio Thomaz de Matos. Disponível em: <http://portal.palmas.to.gov.br/media/doc/arquivoservico/2008_n%C2%BA_011_PARECER_Dispc3%B5e_acerca_das_Matrizes_Curriculares_.pdf>.
- RIBEIRO, Darcy. *O livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro, RJ: Bloch, 1986.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *O projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 11. ed. Campinas: Papirus, 2000.

Roneidi Pereira de Sá Alves é mestranda na Universidade Federal de Goiás (UFG) e docente da rede municipal de Palmas (TO).

roneidisa@yahoo.com.br